





17 A 20 DE NOVEMBRO SÃO PAULO - SP

Eixo 3 - Gestão de Bibliotecas

Periódicos científicos impressos: política de preservação, gestão e descarte

Printed scientific journals: preservation, management and discard policy

Cleide Vieira de Faria – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – cleidevf@gmail.com

Rosilene Moreira Coelho de Sá – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – rosileneufmg@yahoo.com.br

Ricardo – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – ricardofilpi@yahoo.com.br

Flávia Ferreira Abreu – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – <u>flaviaabreu2911@gmail.com</u>

Resumo: A preservação e a gestão das publicações seriadas e/ou dos periódicos científicos, formato impresso, representam desafios para bibliotecas universitárias, especialmente em contextos de restrição de espaço físico, necessidade de atualização dos acervos e valorização da memória institucional. Este artigo apresenta o relato de experiência da Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Minas Gerais na formulação de uma política específica para esse fim, destacando os fundamentos legais, os critérios técnicos e os procedimentos operacionais.

Palavras-chave: Periódicos científicos. Publicações seriadas. Desenvolvimento de coleções. Formato impresso. Descarte.

Abstract: The preservation and management of serial publications and/or scientific journals in print format pose significant challenges for university libraries, especially in contexts marked by limited physical space, the need to update collections, and the valorization of institutional memory. This article presents the experience report of the University Library of the Federal University of Minas Gerais in formulating a specific policy for this purpose, highlighting the legal foundations, technical criteria, and operational procedures.





1 INTRODUÇÃO

Com o avanço das tecnologias da informação, os periódicos científicos eletrônicos passaram a desempenhar um papel central na disseminação do conhecimento acadêmico. Eles se caracterizam pela constante atualização, ampla visibilidade e acessibilidade remota e irrestrita, aspectos que favorecem o compartilhamento de informações em tempo real. Além disso, ao democratizarem o acesso ao conteúdo científico, esses periódicos também proporcionam maior agilidade aos processos editoriais, especialmente por meio de Plataformas digitais, como o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER).

No entanto, com a consolidação dos periódicos eletrônicos, os periódicos impressos vêm sendo gradualmente substituídos, o que tem impactado significativamente a organização, o acesso e a gestão das coleções nas bibliotecas. Antes do advento das bibliotecas digitais e da ampla disseminação dos periódicos em formato eletrônico, as coleções impressas estavam distribuídas entre as diversas unidades acadêmicas das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Em muitos casos, essas coleções eram dispersas e frequentemente duplicadas, sendo muito demandadas e acessíveis, localmente ou mediante solicitação de cópias físicas, por meio do serviço de comutação bibliográfica (COMUT)— do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

Atualmente, a maioria das coleções de periódicos impressos são compostas por títulos que já estão disponíveis integralmente na internet, seja em acesso aberto ou por meio do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o que torna desnecessária a consulta presencial e ocupa espaços físicos consideráveis nas bibliotecas. Por outro lado, ainda há títulos que não foram digitalizados ou que estão disponíveis on-line apenas a partir de uma determinada data, tornando os volumes retrospectivos acessíveis apenas no formato impresso. Além disso, essas coleções incluem exemplares únicos, de difícil acesso, raros, antigos, históricos ou de produção institucional, cuja preservação é essencial, tornando a coleção extremamente específica e relevante.

Entretanto, observa-se que a manutenção desses acervos impressos impõe desafios consideráveis às bibliotecas e aos profissionais da área. Além da necessidade de espaço físico adequado para armazenamento, são exigidos recursos humanos qualificados para o processamento técnico, como a atualização dos registros, kardex impresso e do Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas (CCN) do IBICT. A recuperação da informação em periódicos impressos é menos ágil e mais difícil, demandando maior dedicação do bibliotecário de referência. Ademais, os periódicos físicos são mais suscetíveis a danos causados por fatores ambientais e biológicos, exigindo cuidados rigorosos de conservação.

Diante desses desafios, torna-se necessária a adoção de políticas institucionais de preservação, gestão e descarte de periódicos científicos impressos nas bibliotecas universitárias. Tais políticas devem orientar a avaliação, a retirada e o remanejamento desses materiais, promovendo a preservação da memória acadêmica e institucional, o uso sustentável do espaço físico, a padronização dos processos administrativos e o alinhamento com normas legais, técnicas e ambientais.

Desta forma, este estudo objetiva descrever a experiência da Biblioteca Universitária (BU) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) no processo de elaboração da política de preservação, gestão e descarte de publicações seriadas impressas bem como apresentar os requisitos indispensáveis que compõe o documento.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A política de desenvolvimento de acervo, ou coleções, é um documento formal e estratégico que orienta a formação, manutenção, avaliação e descarte de coleções em bibliotecas. Tem como objetivo garantir que o acervo atenda continuamente às necessidades dos usuários e aos propósitos institucionais.

Vergueiro (1989) define o desenvolvimento de coleções como um conjunto articulado de atividades voltadas à melhoria constante do acervo, sendo a política um instrumento dinâmico. Evans (1979) conceitua a política como um plano mestre que guia decisões de seleção e descarte, abrangendo missão, objetivos, perfil de usuários, áreas temáticas e critérios de avaliação.

Evans (2000) e Evans e Saponaro (2005) ressaltam que a política é essencial para assegurar a coerência e qualidade do acervo e aprimorar a gestão informacional. Dina (2015) complementa que ela também cumpre papel de prestação de contas, justificando decisões perante a comunidade acadêmica e a gestão institucional. Maciel e Mendonça (2006) reforçam a importância de um planejamento estruturado para formar coleções relevantes, alinhadas à missão da biblioteca e à comunidade que atende.

Vergueiro (1993) propõe uma abordagem holística e integrada, sensível às mudanças tecnológicas, sociais e culturais. Ele também defende políticas flexíveis, com participação ativa dos usuários para garantir atualização frente às novas práticas de leitura, ensino e pesquisa.

A elaboração da política deve considerar aspectos como: análise da comunidade usuária, escopo da coleção, tipos de materiais, formatos, idiomas, critérios de seleção e aquisição (atualidade, relevância, autoridade, custo-benefício e disponibilidade), e critérios de descarte (condição física, obsolescência e frequência de uso). A avaliação periódica da coleção deve utilizar indicadores qualitativos e quantitativos. Também é recomendada a cooperação interinstitucional e atenção a aspectos legais e éticos, como direitos autorais e privacidade (Pinheiro, 2017).

Dina (2015) detalha que uma política eficaz deve conter: definição de público-alvo, critérios de seleção e aquisição, diretrizes para doações e intercâmbios, procedimentos de avaliação e descarte, estratégias de preservação e atualização. Maciel e Mendonça (2006) destacam a importância de designar responsabilidades entre os profissionais, conforme recursos financeiros, humanos e espaciais disponíveis.

Pinheiro (2017) enfatiza os desafios atuais enfrentados pelas bibliotecas universitárias diante da complexidade da pós-modernidade, tais como: diversidade de suportes e linguagens, interdisciplinaridade e obsolescência acelerada. Ela defende a aplicação da teoria da complexidade na formulação da política.

Entre os benefícios da política se destacam: otimização de recursos (Evans, 2000), qualidade e coerência das coleções (Evans, 1979, 2000; Evans; Saponaro, 2005), transparência (Dina, 2015), eficiência (Maciel; Mendonça, 2006), satisfação do usuário e adaptação às transformações informacionais (Vergueiro, 1989, 1993).

Contudo, a implementação da política enfrenta desafios como restrições orçamentárias (Evans, 2000), excesso de informação e formatos diversos (Vergueiro, 1993), mudanças nas necessidades dos usuários (Dina, 2015), além do acesso digital e posse física, resistência institucional e questões legais de direitos autorais.

Portanto, entende-se que a política de desenvolvimento de acervo deve ser estratégica, dinâmica e essencial para assegurar a relevância das bibliotecas e o acesso à informação.

Neste sentido, a gestão de coleções de periódicos impressos nas bibliotecas universitárias exige uma política clara, estruturada e continuamente atualizada, especialmente diante das transformações tecnológicas e das limitações físicas enfrentadas pelas instituições.

Nesse contexto, a política de preservação, gestão, desbastamento e descarte de publicações periódicas é uma ferramenta estratégica para garantir o equilíbrio entre acesso à informação, memória institucional e uso racional do espaço e dos recursos. É importante que o documento especifique a tipologia das publicações e contemple no mínimo os critérios de preservação, descarte, desbaste, remanejamento e/ou transferência das publicações.

Publicações periódicas são documentos publicados em intervalos regulares (diários, semanais, mensais, anuais etc.) e que apresentam uma sequência contínua, geralmente numerada ou datada, com o objetivo de fornecer informações atualizadas e de interesse contínuo a uma comunidade de leitores. São fontes essenciais para a comunicação científica, difusão cultural e registro institucional. Cada tipo de publicação periódica possui características e valores informacionais distintos, que devem ser considerados em políticas de preservação, descarte e desbaste.

A preservação de periódicos é necessária pois visa manter a integridade física e o acesso às informações registradas nos exemplares. Conforme Gruszynski e Golin (2006), mesmo com o crescimento dos periódicos eletrônicos, os impressos ainda exercem função importante como fontes primárias e históricas, exigindo estratégias específicas para sua conservação.

Segundo Greenhalgh (2022), alguns critérios são essenciais para nortear a preservação:

- Raridade e valor histórico: publicações antigas, com tiragem limitada ou que registram fatos relevantes.
- Estado de conservação: exemplares em bom estado físico devem ser priorizados para preservação.
- Ausência de versão digital confiável: se não houver versão digital estável e acessível, o impresso ganha importância estratégica.
- Representatividade institucional ou regional: títulos com relevância para a história da instituição ou da região devem ser mantidos.

A aplicação desses critérios deve ser feita por uma equipe técnica capacitada, em consonância com uma política institucional de desenvolvimento e preservação de acervo.

O descarte, conforme Flores *et al.* (2016), é uma ação planejada e justificada, fundamental para o equilíbrio da coleção. Deve estar respaldado em uma política formal, evitando ações arbitrárias.

Os principais critérios para descarte incluem:

- Duplicidade: exemplares repetidos e sem demanda significativa de uso.
- Baixa frequência de uso: títulos que não registram empréstimos ou consultas nos últimos anos.
- Disponibilidade em outros suportes ou repositórios digitais: conforme Brito (2022), periódicos digitalizados e acessíveis em bases confiáveis de acesso livre, como no portal da Scientific Electronic Library Online (SciELO), podem ser descartados com menor prejuízo informacional.
- Estado físico comprometido: materiais deteriorados que inviabilizam a recuperação do conteúdo, desde que não sejam raros.
- Inadequação ao perfil da instituição: títulos que não se relacionam com a missão, o público-alvo ou as áreas do conhecimento atendidas pela biblioteca.

A eliminação deve seguir os trâmites legais e administrativos da instituição, com registro formal do processo, como prevê a legislação e as normas da área.

Desbaste é a retirada de partes da coleção para otimizar o espaço físico e melhorar a organização e o acesso à informação. Silva (2021) identifica o desbaste como uma prática intermediária entre preservação e descarte.

Critérios relevantes para o desbaste incluem:

- Redução de volumes de fascículos preservando o conteúdo essencial:
 manter apenas volumes encadernados ou anos mais recentes.
- Importância do título na área do conhecimento: títulos com relevância acadêmica devem ser menos afetados.
- Número de exemplares disponíveis: quando há mais de uma coleção completa, parte pode ser desbastada.
- Espaço físico disponível: bibliotecas com limitação severa de espaço podem adotar critérios mais rigorosos.
- Acesso alternativo confiável (eletrônico ou em rede cooperativa): quando outros locais garantem acesso ao conteúdo integral.

Segundo Silva (2021), é fundamental documentar os critérios adotados e garantir transparência no processo, com possibilidade de reversão ou redistribuição dos materiais.

Outra alternativa é o remanejamento interno, que ocorre quando não é possível preservar toda a coleção no espaço da biblioteca, podendo transferir os materiais para outros setores ou unidades da instituição.

Critérios para remanejamento incluem:

- Relação com a área temática da unidade de destino: títulos devem ser remanejados para locais onde possam ter maior relevância e uso.
- Condições de armazenamento: as unidades receptoras devem garantir condições adequadas de conservação (umidade, temperatura, iluminação).
- Facilidade de acesso para a comunidade: evitar que o material se torne inacessível ao público-alvo.
- Capacidade física da unidade de destino: avaliar se há infraestrutura suficiente para receber e organizar os periódicos.

Segundo Miranda (2016), o remanejamento deve ser sempre precedido de uma análise criteriosa do uso, demanda e valor informacional dos títulos, evitando que a operação represente apenas um adiamento do descarte.

A definição de uma política de preservação, gestão, desbastamento e descarte de periódicos é uma necessidade crescente nas bibliotecas universitárias. Essa política deve considerar o valor informacional, histórico, científico e institucional dos periódicos, bem como as possibilidades tecnológicas, do espaço físico para o acervo, da preservação e conservação do material.

A literatura aponta que a atuação técnica e ética dos bibliotecários, aliada a critérios objetivos e transparentes, é fundamental para garantir que o acervo reflita as necessidades dos usuários e a missão da instituição, preservando a memória científica e cultural sem comprometer a eficiência dos serviços prestados.

A experiência de bibliotecas no Brasil e em outros países, como apontado por Silva (2021), demonstra que o desafio maior é estabelecer um equilíbrio entre preservação e renovação do acervo, respeitando os princípios da Biblioteconomia e a responsabilidade social da informação.

3 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como um relato de experiência, de natureza exploratória, com abordagem bibliográfica, documental e institucional, desenvolvido pela equipe da BU da UFMG.

A Diretoria da BU instituiu uma comissão especial com o objetivo de elaborar uma política de desbastamento de periódicos científicos impressos, além de acompanhar sua implementação e os desdobramentos decorrentes.

A construção da política foi realizada de forma colaborativa, com reuniões técnicas periódicas, grupo de discussão no WhatsApp e compartilhamento de documentos em formato editável via Google Drive, permitindo a participação ativa de todos os membros.

O processo contou com a análise de normativas legais e administrativas, publicações científicas sobre a temática, diagnósticos institucionais internos e

experiências adotadas por outras instituições, bem como a expertise dos membros da comissão.

4 RELATO DE EXPERIÊNCIA

A política foi organizada em capítulos e artigos, adotando uma estrutura normativa para compor a portaria, instrumento administrativo oficial que formaliza normas, diretrizes e procedimentos internos no âmbito institucional. Essa organização visa garantir clareza, coerência e padronização nas ações relacionadas à preservação, gestão, descarte, desbastamento e remanejamento das publicações impressas no acervo da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

O capítulo 1 – Da instituição e seus fins, apresenta a função da BU e sua estrutura organizacional no contexto institucional da UFMG.

O Capítulo 2 – Do objeto da política, define e exemplifica os principais tipos de publicações periódicas contempladas pelo documento, tais como revistas científicas, boletins técnicos, jornais acadêmicos, entre outros.

No Capítulo 3 – Do desbastamento, descarte e remanejamento, são definidos os conceitos desses três procedimentos distintos, com o intuito de esclarecer suas finalidades e formas de execução.

O Capítulo 4 – Dos objetivos, enumera os propósitos da política, tais como: preservar a memória institucional, garantir a conservação de periódicos relevantes, padronizar processos, fomentar o uso sustentável dos espaços físicos, e promover a integração entre bibliotecas da instituição.

O Capítulo 5 – Critérios para a preservação das publicações periódicas impressas, estabelece as condições para manter uma publicação no acervo, como: raridade, antiguidade, valor científico ou cultural, escassez e vinculação institucional (por exemplo, periódicos editados por unidades acadêmicas da UFMG).

No Capítulo 6 – Critérios para o descarte das publicações periódicas impressas, são definidos os critérios que justificam a retirada de exemplares do acervo, como duplicidade de exemplares institucionais ou não institucionais, existência de versão digital com acesso livre e preservação garantida, e condição física comprometida e irreversível (desde que o material não seja raro ou institucional).

O Capítulo 7 – Critérios para o remanejamento das publicações periódicas entre bibliotecas da instituição, trata das diretrizes para redistribuição de materiais entre as bibliotecas do sistema, com detalhamento sobre os procedimentos administrativos a serem seguidos.

O Capítulo 8 – Requisitos para o desbastamento dentro da instituição, define as condições mínimas que o espaço físico destinado ao desbastamento deve apresentar, como adequação para conservação e acessibilidade.

O Capítulo 9 – Da gestão e destinação do material descartado, estabelece os procedimentos formais e técnicos para o descarte definitivo dos materiais. Inclui a necessidade de baixa nos sistemas institucionais, como o Pergamum, Kardex impresso e o CCN do IBICT, observando a tipologia dos materiais.

O Capítulo 10 – Da avaliação e atualização da política, determina que a política deverá ser revisada sempre que houver necessidade ou solicitação das bibliotecas do Sistema de Bibliotecas da UFMG.

Por fim, o Capítulo 11 – Das disposições finais, reforça que as bibliotecas devem seguir integralmente as diretrizes estabelecidas, assegurando a preservação da memória acadêmica, a transparência institucional e a padronização dos processos técnicos.

O documento estabelece diretrizes para a preservação de periódicos impressos antigos, raros, institucionais ou de relevância científica, definindo critérios técnicos para descarte, desbastamento e remanejamento. Regula também a organização e a gestão técnica e legal, incluindo catalogação no sistema da biblioteca, kardex impresso e atualização no CCN/IBICT. Orienta a destinação final do material descartado, assegurando conformidade com normas institucionais e legislação vigente.

O texto completo será submetido ao Conselho Diretor da BU para aprovação por portaria e, posteriormente, disponibilizado no site oficial da Biblioteca Universitária da UFMG: https://www.bu.ufmg.br/bu atual/.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política de gestão de periódicos científicos impressos proposta pela BU da UFMG está fundamentada na definição de diretrizes objetivas e transparentes que orientem

os processos de avaliação, preservação, desbastamento, descarte e destinação de materiais.

O documento buscou conciliar a necessidade de atualização e otimização do espaço físico com a preservação da memória institucional e acadêmica, assegurando a permanência de periódicos raros, históricos, institucionais ou de reconhecida relevância científica e cultural.

Nesse contexto, a padronização dos procedimentos de seleção e retirada de materiais constitui medida essencial para garantir uniformidade na aplicação da política em todas as unidades, ao mesmo tempo em que promove a integração entre bibliotecas, evitando duplicidades desnecessárias e favorecendo uma gestão coordenada do acervo.

Ressalta-se, ainda, o compromisso com a sustentabilidade na destinação dos periódicos retirados, priorizando ações de doação e reciclagem em consonância com princípios ambientais e institucionais.

Por fim, todos os processos estão em conformidade com as normas biblioteconômicas, regulamentações legais nacionais e internacionais, bem como com as políticas institucionais vigentes, assegurando uma gestão responsável, eficiente e socialmente comprometida do patrimônio documental.

REFERÊNCIAS

BRITO, C. de C. **Descartar ou não? Eis a questão**: avaliação de periódicos científicos impressos. Disponível em:

https://portal.febab.org.br/cbbd2022/article/view/2672/2451. Acesso em: 17 jun. 2025.

DINA, Y. Collection development/management. *In*: _____. LAW LIBRARIANSHIP in academic libraries. *[S. l.]*: Chandos Publishing, 2015.

EVANS, G. E. **Developing library and information center collections**. Englewood: Libraries Unlimited, 2000. Disponível em:

https://archive.org/details/developinglibrar0004evan/page/17/mode/1up . Acesso em: 17 jun. 2025.

EVANS, G. E. **Developing library collections**. Littleton: Libraries Unlimited, 1979. Disponível em: https://archive.org/details/developinglibrar00evan/mode/1up. Acesso em: 17 jun. 2025.

EVANS, G. E.; SAPONARO, M. Z. Developing library and information center collections. 5. ed. Westport: Libraries Unlimited, 2005.

FLORES, H. R.; FRANZEN, L.; TEOFANO, R. A. **Descarte na coleção de periódicos da biblioteca FAMED/HCPA**, 2016. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/151228. Acesso em: 17 jun. 2025.

GREENHALGH, Raphael Diego. Critérios de raridade para periódicos. **Brazilian Journal of Information Science**, v. 16, 2022. DOI: https://doi.org/10.36311/1981-1640.2022.v16.e02132. Acesso em: 17 jun. 2025.

GRUSZYNSKI, Ana Cláudia; GOLIN, Cida. Periódicos científicos nos suportes impresso e eletrônico: apontamentos para um estudo-piloto na UFRGS. **Revista Electrónica Internacional de Economía Política de las Tecnologías de la Informacíon y la Comunicación**, v. 8, n. 2, 2006. Disponível em: https://periodicos.ufs.br/eptic/article/view/285. Acesso em: 17 jun. 2025.

MACIEL, A. C.; MENDONÇA, M. A. R. Funções na fase de formação e desenvolvimento e organização de coleções. In: _____. **Bibliotecas como organizações**. Rio de Janeiro: Interciência, 2006. p. 16–31.

MIRANDA, A. C. C. de. Desafios para a gestão de coleções de periódicos científicos. **Folha de rosto**: revista de biblioteconomia e ciência da informação, v. 2, n. 1, p. 26-38, 2016. Disponível em:

https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/82. Acesso em: 17 jun. 2025.

PINHEIRO, L. V. O desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias na perspectiva dos desafios da pós-modernidade: diretrizes sob o olhar da teoria da complexidade e da análise do domínio. 2017. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/17445. Acesso em: 17 jun. 2025.

SILVA, G. X. da. **Tendências no desbaste das coleções de periódicos impressos nas bibliotecas universitárias: um estudo comparativo**. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciências da Documentação e Informação) — Universidade de Lisboa, Lisboa, 2021. Disponível em: http://repositorio.ufla.br/jspui/handle/1/49392. Acesso em: 17 jun. 2025.

VERGUEIRO, W. Desenvolvimento de coleções. São Paulo: Polis, 1989.

VERGUEIRO, W. Desenvolvimento de coleções: uma nova visão para o planejamento de recursos informacionais. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 22, n. 1, 1993. Disponível em: http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/512/512. Acesso em: 17 jun. 2025.